

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA Xª VARA DE  
FAMÍLIA E ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**PJE nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**FULNA DE TAL**, já  
devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem,  
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da  
**Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXXX**, nos termos do artigo 1009 e  
seguintes do Código de Processo Civil, interpor recurso de

**APELAÇÃO**

em face da Sentença de ID XXXXXX, pelas razões a seguir  
expostas.

Requer que o presente recurso seja recebido e remetido ao  
C. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para a devida  
apreciação, independentemente de preparo, ante ao pedido de  
gratuidade de justiça no ID XXXXXXXXX.

XXXXX datado e assinado eletronicamente.

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO DO  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXXXXXXXX

PJE nº : XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Apelante : FULANA DE TAL

Apelado : FULANO DE TAL

RAZÕES DA

EGRÉGIO TRIBUNAL,  
EMÉRITOS  
JULGADORES

I - DA TEMPESTIVIDADE

A Apelante é assistida pela **Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXXXXXX** que, por sua vez, goza das prerrogativas da remessa dos autos via expedição eletrônica e da contagem em dobro de todos os prazos nos termos do §5º do artigo 5º da Lei nº 1.060/1950 - Lei de Assistência Judiciária.

Logo, o presente recurso é tempestivo.

II - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA - PREPARO DISPENSÁVEL

A Apelante é patrocinada pela Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXXXXXX, sendo hipossuficiente, conforme demonstrado em Declaração de Hipossuficiência em ID XXXXXXXX que demonstra a pobreza jurídica da recorrente.

Assim, é dispensável o preparo.

### III - DO RESUMO DA LIDE

Trata-se de Ação de Alimentos proposta por fulana de tal, à época assistida por sua genitora fulana de tal, para obtenção de 39% dos rendimentos brutos do Apelante. **Cabe destacar que, quando do ingresso da ação, a autora tinha 16 (dezesseis) anos de idade.**

Em Carta Precatória foi determinado na oportunidade alimentos provisórios o valor de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente.

Durante o processo foram efetuadas várias tentativas de citação, porém em todos os endereços que a Autora tinha conhecimento o Requerido não se encontrava. Esgotados todos os meios de diligência, o requerido foi citado por edital (ID xxxxxxxx).

Por meio da Curadoria Especial, foi apresentada contestação por negativa geral em ID. xxxxx.

Alegações finais em ID. xxxxxxx e ID. xxxxx.

Em Sentença de ID. xxxxxxxxxxxxxxxx houve a total improcedência da ação pelo fato de Autora ter atingido a maioridade civil.

Todavia, a r. decisão merece ser reformada, pelos motivos que passa a expor.

### IV - DOS FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA SENTENÇA

Inicialmente, cumpre ressaltar, Excelências, que à época do ingresso da ação (2020) a Recorrente possuía 16 anos, estudante, menor púbere assistida por sua genitora.

Ocorre que, desde o referido ano, o Requerido esquivava-se de ser citado, pois os endereços que a Recorrente tinha conhecimento o Recorrido não foi encontrado. Foram 2 (dois) anos de tentativas de

citação, sem sucesso, e neste transcurso de tempo a Requerente atingiu a maioria sem ver seus direitos efetivados.

Na verdade, Exa, o Requerido desvia-se da responsabilidade de pai desde o nascimento da Requerida, não colabora com o seu sustento, tampouco dispõe de afeto para com esta.

Assim, no momento em que a Apelante resolveu ir atrás de seus direitos alimentícios, com todo respeito à decisão do MM. Juízo de piso, suas garantias constitucionais foram totalmente violadas.

O Juízo a quo assim decidiu:

Conforme se observa dos autos, a parte requerente atingiu a maioridade civil (ID xxxxxxxx). Em se tratando de alimentos prestados pelos genitores em favor de descendentes capazes, a obrigação alimentar tem fundamento na solidariedade familiar, nos termos do art. 1.694, § 1º, do Código Civil. Logo, faz-se necessária a submissão às regras do parentesco, com a comprovação do binômio: necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante. (...)

Em relação ao tema, nas alegações finais de ID xxxxxxxx, a parte requerente apenas afirma que: "apesar de ter alcançado a maior idade, não significa que há capacidade de prover com os meios necessários para sua subsistência." Portanto, não se desincumbindo o alimentando do ônus de provar a real necessidade de que seu genitor continue a prestar-lhe alimentos, a improcedência do pedido é medida que se impõe. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO inicial. Extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas. Condeno o autor ao pagamento de honorários sucumbenciais no correspondente a 10% do valor atribuído à causa, devendo tal quantia permanecer em condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se. Registrado eletronicamente. P.I.

O fundamento da r. sentença, com o devido acatamento, não merece guarida. É pacífico na jurisprudência que a maioridade civil não cessa a obrigação alimentar do genitor, especialmente quando sobrevém no transcurso da ação – como no presente caso.

O Simples fato de a requerente ter atingido a maioridade não torna o seu pedido improcedente. Se muito, em ação própria, seria possível a discussão da exoneração. Esse, inclusive, é o entendimento do disposto no art. 13, § 2º, da Lei n. 5.478/68, *in verbis*:

Art. 13 O disposto nesta lei aplica-se igualmente, no que couber, às ações ordinárias de desquite, nulidade e anulação de casamento, à revisão de sentenças proferidas em pedidos de alimentos e respectivas execuções.

(...)

§ 2º. **Em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação.** (grifos nossos)

No mesmo sentido, é o entendimento pacífico do STJ, que o cristalizou na

Súmula 621:

Súmula 621-STJ: Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

STJ. 2ª Seção. Aprovada em 12/12/2018, DJe 17/12/2018.

No mesmo sentido, é o entendimento deste e.TJDFT:

CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE ALCANÇADA NO CURSO DO PROCESSO. ESTUDANTE.

1.Em respeito exatamente ao primado necessidade/possibilidade, que orienta a prestação alimentícia, no ordenamento jurídico pátrio, a necessidade de alimentos somente admite presunção quando decorrente do pátrio poder, ocasião em que os pais, ainda, encontram-se submetidos legalmente ao dever de sustento. Qualquer outra hipótese deve depender de comprovação tanto da necessidade quanto da possibilidade (art. 1695 do Código Civil).

**2.No caso vertente, não houve oportunidade para a Autora demonstrar sua necessidade, uma vez que alcançou a maioria no curso do processo. As provas produzidas, até então, foram no sentido de que possuiria necessidade, na condição de menor, de auxílio no pagamento da mensalidade da faculdade.** Por outro lado, o Demandado ofereceu 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, o que auxiliará a Requerente nas despesas com a graduação em Direito.

3.In casu, o percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo auxiliará a Requerente nas despesas com a graduação em Direito sem, contudo, onerar o Apelante, de forma a lhe ocasionar dificuldades para a manutenção da sua própria subsistência e da sua nova família.

4.Dessa forma, revela-se razoável a redução do percentual de 76% (setenta e seis por cento) do salário-mínimo, quantia fixada a título de prestação alimentícia, para 30% (trinta por cento) do salário-mínimo.

5.Apelo parcialmente provido. Sentença reformada.

(Acórdão 372254, 20080610051958APC, Relator: FLAVIO ROSTIROLA, ,

Revisor: VERA ANDRIGHI, 1ª Turma Cível, data de

Destaca-se que a maioria da alimentada faz cessar o poder familiar, mas não a relação de parentesco, nem o dever de solidariedade entre pai e filha, o que justifica a manutenção de pensão alimentícia, sobretudo quando demonstrada a necessidade, pela



comprovação de continuidade dos estudos, propiciando à alimentada melhores condições para inserção no mercado de trabalho. De toda sorte, isso não deve ser julgada no presente processo.

O que importa é que, **ajuizada a ação por menor**, a necessidade é presumida

- fato que, por sinal, sequer foi rebatido pelo requerido. A superveniência da maioria no curso da ação, por si só, não pode ser motivo para improcedência do pleito, que, repita-se, retroage à propositura.

Nessa toada, estando os alimentos atrelados ao trinômio necessidade- possibilidade-proporcionalidade, o valor de 39% (trinta e nove por cento) do salário mínimo está nas possibilidades do Recorrido e supre as necessidades da Recorrente.

Ante o exposto, a reforma da sentença é medida que se impõe, a fim de fixar a pensão alimentícia no valor correspondente a 39% (trinta e nove por cento) do salário- mínimo, a qual deve retroagir à data de propositura do presente processo, uma vez que a demora na realização da citação não decorreu de culpa da autora.

## **V - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se o conhecimento e provimento da presente apelação para, reformando a sentença de ID xxxxxxxxxx, fixar a pensão alimentícia no valor correspondente a 39% (trinta e nove por cento) do salário-mínimo, a qual deve retroagir à data de propositura do presente processo, uma vez que a demora na realização da citação não decorreu de culpa da autora.

**Fulano de tal**

DEFENSOR PÚBLICO DO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX